

O presente dossiê *Direito à Educação: movimentos de (re)existência* é fruto de uma atividade interinstitucional envolvendo a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A distância geográfica entre as duas instituições não constituiu obstáculo ao esforço coletivo para a concretização de nosso objetivo.

Inicialmente, ao idealizarmos esse trabalho, concluímos que o direito à educação permanece como uma importante bandeira no nosso campo. Os ataques à educação — agora mais orquestrados do que anteriormente, sobretudo a partir do golpe sofrido pela presidenta democraticamente eleita no país em 2016 — foram a porta de entrada para um conjunto de retrocessos sociais nas mais diversas esferas. Diante disso, ressalta-se a necessidade de enfrentar os desafios que se nos impõem com a seriedade que caracteriza o exercício docente.

A redução do papel do Estado na garantia dos direitos humanos e dos preceitos constitucionais, nos últimos anos, tem salientado que se trata de interesses de integrantes e aliados das elites econômicas, os quais “têm imposto um estado de segregação social, racial, regional, entre outros abismos de injustiça”<sup>1</sup>.

Nossa iniciativa mobilizou diversos pesquisadores de todo o Brasil, que se dispuseram a submeter seus artigos para compor este dossiê. Desde já, agradecemos a todas e a todos por atenderem ao nosso convite, ao tempo em que lamentamos não ter sido possível contemplar todas as propostas recebidas.

O dossiê inicia-se com o ensaio do eminente professor Dr. Dermeval Saviani intitulado *A pedagogia histórico-crítica na era das máquinas inteligentes*. Sua leitura nos incita a revisitar os fundamentos da ação docente e o papel da educação na sociedade, ao mesmo tempo em que nos impõe a reflexão sobre o impacto das inteligências artificiais frente ao conhecimento. Em seu percurso cuidadosamente conduzido desde a arquitetura da sociedade capitalista — com seu projeto de sociedade em distintos tempos históricos, e o papel que a educação deliberada e intencionalmente ocupa — a obra nos alça a uma proposta na qual a prática social, que caracteriza a educação, ocupa-se da concepção de homem que está intrinsecamente associada à “formação da humanidade em cada indivíduo singular”. Nesse sentido, a pedagogia histórico-crítica — que reconhece, parte e chega à prática social — ao se deparar com a inundação da inteligência artificial no cotidiano, não pode deixar de observar que “as máquinas, como extensão dos braços e agora também do cérebro humano, não são mais do que instrumentos” utilizados para o trabalho humano. Vale dizer: enquanto houver humanidade, haverá trabalho.

Ana Paula Dias Pires, Ludmilla Jardim da Conceição e Rita Tatiana Cardoso Erbs subscrevem o artigo *Entre a Democracia e o Neoliberalismo: reflexões sobre a construção da Universidade Federal de Catalão*, o qual se ocupa da democratização do ensino superior, preocupação relevante, urgente e tardia em nossa sociedade. Tendo a UFCAT como campo empírico do estudo, o texto subdivide-se em 2 (duas) seções, além da introdução e conclusão, a saber: i) Os impasses da demo-

1 CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. *Não é uma crise, é um projeto*: os efeitos das reformas de Estado entre 2016 e 2021 na educação. Cad. 1. Coord. Andressa Pellanda e Vanessa Pipinis. São Paulo: Instituto Campanha, 2021. cap. 1, p. 8-32.



cratização da universidade pública brasileira e ii) A UFCAT no contexto de uma política universitária paradoxal. No percurso, as autoras buscam responder, dentre outras questões: *Como pensar uma democracia na sociedade de classes em que impera a desigualdade e cujos direitos só se concretizam pela luta de classes populares contra os privilégios da classe dominante?* Parte das respostas apontam para a dificuldade de compreender o significado e a prática da democracia no país, dado o histórico de experiências autoritárias. A universidade, como instituição social, produz e é produto da sociedade em que se encontra. Com o neoliberalismo, há um “novo ethos na universidade”, incidindo na gestão, práticas pedagógicas, relações interpessoais, contratos de trabalho e outros. O artigo apresenta, ainda, a recém-criada UFCAT, abordando seus desafios e propostas no contexto da democratização do acesso ao ensino superior. Em suas conclusões o artigo revela a subsunção da universidade aos interesses do mercado, o que fere a democracia e a autonomia, tanto dentro quanto fora de seus muros.

Cinara Agda Lisboa de Souza, Sidelmar Alves da Silva Kunz e Cristiano Rodineli Almeida assinam o artigo *O Princípio da Intersetorialidade e o Atendimento Socioeducativo em Meio Fechado na cidade de Salvador: uma reflexão oportuna*, no qual refletem sobre a articulação das políticas públicas de forma intersetorializada e interdisciplinar no atendimento ao adolescente em privação de liberdade, na cidade de Salvador. O artigo assinala que a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, ampliaram o debate sobre a questão, a partir da delimitação da garantia dos direitos à infância e à juventude, com absoluta prioridade. Todavia, ainda restrita ao âmbito jurídico e conceitual. O estudo toma como campo empírico a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC), na cidade de Salvador, entidade responsável pela gestão da política de atendimento ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade e internação. O percurso metodológico, de abordagem qualitativa, de caráter documental e bibliográfico, tomou como empírico 12 (doze) Relatórios Mensais de Atendimento Socioeducativo (RMAS), com recorte temporal de aproximadamente 1 (um) ano. Os resultados encontrados foram categorizados em 5 (cinco) seções, a saber: i) educação; ii) esporte e cultura; iii) saúde; iv) assistência social e v) capacitação para o trabalho. Nas conclusões apontaram os avanços e as fragilidades a serem superadas.

Luís Paulo da Silva Lima, Elinária Gurgel da Silva e Flávia Fernanda Santos Silva escreveram o artigo *Gestão Democrática: ações e desafios na educação do município de Itacoatiara/Amazonas*, com o objetivo de investigar a participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e observar a percepção dos gestores escolares acerca do princípio da gestão democrática. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada em 19 (dezenove) escolas municipais urbanas de Itacoatiara/AM. A análise se deu a partir do ordenamento legal que preconiza a participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP. Essa reflexão encaminhou para a imbricação deste com a gestão democrática, bem como com o conselho escolar. Ao triangular o levantamento documental, bibliográfico e os dados empíricos, os autores concluíram que todas as escolas investigadas possuíam PPP e a maioria delas apresentava conselhos escolares atuantes, contudo, ainda identificaram desafios importantes a serem superados.

Joana Silva Diniz e Vivianne Souza de Oliveira Nascimento contribuíram com o artigo *Do acesso à permanência dos estudantes cotistas aos cursos de engenharia: democratização da educação superior*. A pesquisa bibliográfica tomou como ponto de partida as dissertações que tratam

do tema disponíveis no portal bibliográfico (OASIS BR), contou com a revisão da literatura, bem como análise documental. No percurso, as autoras debateram sobre inclusão e exclusão, democratização e elitismo no acesso aos cursos superiores de instituições públicas federais; nessa linha, refletiram sobre o direito à educação e à formação integral humana. Para compreender a garantia desse direito, passaram em revista à Lei de Cotas, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e à Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que, juntos, representaram um importante avanço para a democratização da educação superior. Como resultado principal identificaram que a temática possui um vasto campo de possibilidades de novas investigações.

Lucas Santos Daniel, Gabrielle de Castro do Nascimento e Davi Laurentino da Silva, por fim, escreveram *Resistência e Consciência Crítica: o papel da Geografia Física Crítica Escolar na formação cidadã*. Em tempos de ataques às humanidades na educação, os autores, em atitude de resistência, propõem-se a pensar estratégias pedagógicas que vinculem a geografia — ou melhor, os conteúdos físico-naturais — à realidade dos estudantes, como contribuição à formação da consciência crítica e cidadã. Com abordagem qualitativa, o artigo recorre à análise documental e bibliográfica. No percurso, os autores alertam para as limitações da geografia física tradicional no que tange à contribuição para a construção da consciência crítica, na perspectiva freiriana. Em seu lugar, propõem a geografia física crítica comprometida com a aproximação dos estudantes aos “conteúdos relacionados ao espaço geográfico e às dinâmicas que nele ocorrem”. Nessa linha, geografia e cidadania se imbricam para a percepção e o reconhecimento do sujeito. Ao final, sugerem estratégias para o ensino de geografia física crítica em sala de aula.

Desejamos a todas e a todos uma excelente leitura!

Profa. Dra. Altina Abadia da Silva (NEPIE-PPGEDUC/FaE/UFCAT)

Profa. Dra. Aparecida Carneiro Pires (GEPDEB-PPGED/UFCG)

Prof. Dr. Carlos Augusto de Medeiros (GEPDEB-PPGED/UFCG)